

207



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0022139-46.2010.8.17.0001 (0265419-1)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	8ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	JOSÉ GARCIA DA COSTA
DEFENSOR PÚBLICO:	JOAQUIM FERNADES PEREIRA DA SILVA
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO EM CONTINUAÇÃO DELITIVA. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS DE MODO INCONTESTE. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÍSSONA.

I – Restando demonstrada a materialidade e a autoria imputada ao apelante, as quais são facilmente retiradas do contexto probatório, de onde se infere que o apelante subtraía dinheiro da conta poupança da vítima, sem a sua autorização, abusando de sua confiança, impossível a sua absolvição, devendo ser mantida a condenação em todos os seus exatos termos.

II– Apelo não provido. Decisão uníssona.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0022139-46.2010.8.17.0001 (0265419-1)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso, mantendo a sentença condenatória em todos os seus termos**, conforme relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife,

23.09.2011
Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0022139-46.2010.8.17.0001 (0265419-1)
COMARCA: RECIFE
VARA: 8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JOSÉ GARCIA DA COSTA
DEFENSOR PÚBLICO: JOAQUIM FERNADES PEREIRA DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por **José Garcia da Costa**, contra a sentença de fls. 141/148, pela qual foi condenado às penas privativa de liberdade de 02 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime aberto, e pecuniária de 10 (dez) dias-multa, pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso II¹, c/c art. 71, ambos do CP (furto qualificado em continuação delitiva).

Em suas razões de apelação, de fls. 183/187, requer seja dado provimento ao recurso para, com fundamento no art. 386, inciso VI², do CPP, absolvê-lo das imputações constantes da denúncia.

¹ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

² Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

VII - não existir prova suficiente para a condenação. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



Às fls. 191/192, o Ministério Público apresentou contrarrazões onde pede pela manutenção do decreto condenatório em todos os seus termos.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls.195/197, opinou pelo não provimento do recurso.

Em seguida, vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 29.11.2012

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0022139-46.2010.8.17.0001 (0265419-1)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	8ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	JOSÉ GARCIA DA COSTA
DEFENSOR PÚBLICO:	JOAQUIM FERNADES PEREIRA DA SILVA
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Em suas razões recursais pretende o apelante a absolvição por entender que não existe prova robusta e conclusiva para a condenação.

Pois bem.

Narra a denúncia de fls. 02/05 que, em 30/09/2008, 03/10/2008, 06/10/2008, 07/10/2008, 08/10/2008 e 09/10/2008, de forma continuada em terminais bancários 24 horas da Caixa Econômica Federal disponíveis em agências dos bairros do Espinheiro, Caxangá, Camaragibe e Encruzilhada, o denunciado subtraiu a quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) da poupança da Sra. Zuleide Castelo Branco Batista da Costa Fernandes, mediante saques realizados sem a sua autorização, por meio do próprio cartão da ofendida e com abuso de sua confiança, uma vez que o imputado prestava serviços à ofendida há cerca de 27 (vinte e sete) anos.

A materialidade do delito está consubstanciada no extrato de fl. 40, de onde se infere a realização de saques na conta poupança da ofendida, assim

209



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

como pelas declarações desta (fls. 24/26 e 99/100), de sua sobrinha Cristina de Souza e Sá Oliveira (fls. 29 e 101) e a funcionária da ofendida, Edilene Francisca de Souza (32/33 e 123/124).

A autoria, por sua vez, também restou apresentada de forma uníssona e indubitosa que foi o apelante o autor dos citados saques, não somente pelas testemunhas inquiridas nas fases policial e judicial (fls. 32/33, 36/38, 48/49, 101/102, 123/126 e 130/131), assim como nos autos de reconhecimento da pessoa responsável pelos saques não autorizados na conta poupança da ofendida, encaminhada pela Caixa Econômica Federal (fl. 21), acostados às fls. 27/31 e 48/49.

Além das imagens apresentadas pela Caixa Econômica Federal, nas quais se constata ser o réu o autor dos valores subtraídos da ofendida, a testemunha Edilene Francisca de Souza que, à época, prestava serviços àquela, noticia em suas declarações que no momento em que a vítima percebeu a falta do cartão bancário, o acusado se encontrava presente e, ainda, naquele mesmo dia, havia ido com a ofendida ao banco, como se infere às fls. 32/33 e 123/124.

Embora negue ter subtraído dinheiro da ofendida, o réu, ao ser ouvido em Juízo (fl. 132/133), apresenta declarações muito confusas e, ao ser exibido o vídeo na sala de audiências, inicialmente não se reconhece, posteriormente diz não ter enxergado, pois necessita de óculos, tendo o magistrado aproximado a imagem para que o mesmo visualizasse, tendo,

210



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

nesta ocasião se identificado no vídeo, negando tudo ao final do seu interrogatório.

Outrossim, a relação de confiança havida entre o réu e a ofendida também restou confirmada nos depoimentos de todas as testemunhas inquiridas, de onde se extrai que os mesmos se conheciam há mais de 27 (vinte e sete) anos, e o primeiro prestava serviços à segunda, inclusive, acompanhando-a até o banco, bem como prestando serviços de pedreiro para esta e seus parentes.

Assim, indubitosa a materialidade e a autoria imputada ao apelante, as quais são facilmente retiradas do contexto probatório, impossível a sua absolvição, devendo ser mantida a condenação em todos os seus exatos termos.

Por todas essas razões, **voto para negar provimento, mantendo-se a decisão condenatória em todos os seus termos.**

Recife, 23.09.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0022139-46.2010.8.17.0001 (0265419-1)
COMARCA : RECIFE – 8ª VARA CRIMINAL
APELANTE : JOSÉ GARCIA DA COSTA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADORA : DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO DO REVISOR

O apelante JOSÉ GARCIA DA COSTA interpôs o presente Recurso de Apelação, contra decisão de fls. 141/148, proferida pelo Juízo da 8ª Vara Criminal da Capital, em data de 01.07.2011, que o condenou à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, pena que foi substituída por duas restritivas de direitos, cumulada com o pagamento de 10 (dez) dias-multa, pela prática no crime do art. 155, § 4º, inciso II, c/c o art. 71, ambos do Código Penal.

Sobre o fato delituoso, a Denúncia de fls. 02/05, narra, em síntese, que o Acusado nos dias 30.09.2010, 03.10.2010, 06.10.2010, 07.10.2008, 08.10.2014 e 09.10.2010, de forma continuada, subtraiu, aproximadamente, da conta bancária da vítima Zuleide Castelo Branco Batista da Costa Fernandes, uma idosa de 85 (oitenta e cinco) anos de idade à época dos fatos, o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Os saques foram efetuados sem a autorização da ofendida, por meio do próprio cartão da idosa, o qual foi obtido com abuso de confiança, já que o Réu prestava serviços para a mesma há cerca de 27 (vinte e sete) anos.

Narra ainda a exordial que a referida vítima era viúva e por isso vivia sozinha, tendo uma diarista como companhia, mais o Apelante, que fazia serviços de pedreiro no edifício da mesma, há mais de 27 (vinte e sete) anos e, por isso, gozava de sua confiança. Com o passar dos anos, o Réu passou a fazer alguns serviços para a vítima, inclusive, vivia dentro de sua casa, bem como, dirigindo seu automóvel em várias ocasiões, sobretudo, quando a levava ao banco para fazer pagamentos. Extrai-se também dos autos que, em certo dia de outubro daquele ano, a vítima percebeu o desaparecimento de seu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



cartão de poupança e de documentos que indicavam a senha do referido cartão, o que ocasionou a conferir o extrato de sua conta poupança. Ocasão em que, acompanhada de sua sobrinha, a Sra. Cristina de Souza e Sá Oliveira, quando foram constatados oito saques na ordem de R\$ 1.000,00 (mil reais) durante o aludido mês. Consta também que as movimentações bancárias foram confirmadas pelo gerente da Caixa Econômica Federal da Agência Guararapes, em 03.11.2008.

Em suas razões, de fls. 183/187, a Defensoria Pública requer a absolvição do Apelante, em face de inexistência de provas concretas para ensejar uma condenação criminal, com arrimo no artigo 386, inciso VI, do CPP. Argumenta que o Acusado negou a autoria do fato, que as testemunhas de acusação não foram firmes o suficiente para corroborar com os termos da inicial e que a filmagem procedente do estabelecimento bancário só visualiza o Réu na fila e não sacando o dinheiro no caixa eletrônico.

O Ministério Público apresentou as contrarrazões às fls. 191/192, justificando pelo não provimento da Apelação para que a decisão monocrática seja confirmada em todos os seus termos. Assevera que o Acusado foi reconhecido pelas testemunhas como o autor dos saques e que as datas dos saques coincidem com as datas em que o mesmo aparece nas filmagens.

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 195/197, no sentido de ser negado provimento ao presente Recurso, para que se mantenha a sentença apelada em todos os seus termos. E assegura que a autoria do fato restou completamente provada nos autos.

Compulsando detalhadamente os autos, observo que os argumentos da Defesa não merecem amparo legal, eis que as provas produzidas nos autos são irrefutáveis quanto à autoria do furto imputado ao ora Apelante.

Senão vejamos.

A materialidade encontra-se consubstanciada mediante o Boletim de Ocorrência de fls. 15/16 e pelo Extrato



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Bancário da Conta Poupança da ofendida, onde se constata os saques ilegais efetuados, todos no valor de hum mil reais.

Observa-se inicialmente que a autoria do delito restou comprovada através dos depoimentos da vítima, a Sra. Zuleide Castello Branco Batista da Costa Fernandes, e das testemunhas de acusação, que atestaram e reconheceram, com segurança, ser o Acusado o autor do fato aqui analisado.

O ora Apelante, JOSÉ GARCIA DA COSTA, negou a prática do crime durante toda a tramitação do feito. Perante a autoridade policial, às fls. 34/35, confirmou que conhecia a vítima há uns 27 (vinte e sete anos), que trabalhava como motorista para a mesma, afirmou ainda que a levava ao banco para realizar pagamentos e saques, mas negou que tivesse efetuado saques em dinheiro em sua conta, porque a ofendida era sempre auxiliada pelos atendentes da agência da Caixa Econômica. Adiantou que soube do fato através da própria Dona Zuleide, todavia negou a autoria do fato. Finalizou asseverando que não se reconheceu na filmagem do circuito interno do banco expostas em audiência. Perante a autoridade judiciária, às fls. 132/133, o Réu confirmou o depoimento anterior, porém, nessa oportunidade, após alegar que tinha problema de visão, foi então que o Magistrado "*a quo*", aproximou a imagem para que o mesmo tivesse uma ideia mais nítida, entretanto, ao se visualizar nas imagens, o Réu, sem ter outra saída, teve que afirmar que havia se reconhecido na referida gravação, como sendo a mesma pessoa do sexo masculino que se apresentava trajando bermuda tipo Jeans, ou de pano e camiseta tipo regata ou camisa polo. No final das suas declarações, mesmo se distinguindo no vídeo, voltou a negar a prática do crime de furto objeto deste feito.

Veremos, adiante, que a versão trazida ao feito pelo Acusado não encontra apoio nas provas colhidas nos autos.

Senão vejamos.

A vítima, na fase judicial, às fls.99/100, afirmou que nos dias dos saques fraudulentos não acompanhou o Apelante nas agências bancárias. Asseverou que o conheceu no prédio onde ela residia, visto que realizava serviços de pedreiro no edifício, e que o mesmo se oferecia para dirigir o seu carro para levá-la ao bairro da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Várzea e a agência bancária quando necessitava, pois o mesmo ficava na fila até chegar a sua vez. Afirmou também que ela é quem realizava os pagamentos e os saques. Que apesar da confiança que depositava no Réu, nunca lhe entregou o cartão bancário, nem a referida senha. Que deu por conta do desaparecimento do cartão, comunicou ao síndico do prédio, a testemunha Roberto Hamilton de Carvalho Bezerra, que por sua vez, ao constatar a presença do Réu nas imagens procedentes da Caixa Econômica proibiu a sua entrada no edifício.

A sobrinha da vítima, Cristina de Souza e Sá Oliveira, arrolada como testemunha de acusação, enfatizou os relatos da ofendida, ao confirmar que o Acusado trabalhava no edifício em que a vítima morava, e nas horas em que não estava trabalhando levava a Sra. Zuleide a agência bancária, mas que não realizava nenhuma transação. Confirmou que, quando a ofendida recebeu o seu extrato bancário, percebeu que os últimos saques não tinham sido efetuados por ela, e que, na ocasião, resolveram ir até a referida agência da Caixa e lá constatarem através do circuito interno a presença do Acusado na fila do caixa eletrônico de diversas agências naqueles mesmos dias em que foram realizados os saques indevidos. Adiantou também que a vítima ficou muito assustada e revoltada ante a confiança que sentia no Apelante.

Já a testemunha Geraldo José Vital Lins Filho informou que conheceu o Acusado através de sua ex-esposa, Cristina, sobrinha da vítima, e confirmou que José Garcia realizava serviços para a ofendida, tais como dirigir seu automóvel, bem como, levava a agência da Caixa Econômica. Garantiu ter visto a pessoa do Réu nas filmagens cedidas pelo aludido banco, realizando saques no caixa eletrônico naqueles mesmos dias dos saques feitos na conta da ofendida. Asseverou também que os saques dolosos foram feitos em agência que a vítima não costumava ir, e que a Sra. Zuleide guardava sua senha anotada e quem tivesse acesso à sua carteira saberia desses documentos.

Por sua vez, a diarista da ofendida, Edilene Francisca de Souza, ao prestar depoimento em Juízo, às fls. 123/124, corroborou com as demais testemunhas arroladas pela Promotoria, e como vivia também na intimidade da ofendida, pois frequentava a referida residência 03 (três) vezes por semana, pode confirmar a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



relação de confiança que existia entre o Apelante JOSÉ GARCIA e a vítima. Adiantou que: *"no dia em que o cartão do banco da vítima desapareceu, ela depoente viu a vítima sair com o cartão e a respectiva senha para o banco acompanhada do acusado"*.

Quanto às testemunhas arroladas em prol do Apelante (fls. 125/126), em nada contribuíram para a Defesa, pois se limitaram, unicamente, em abonar a sua conduta, e sobre o fato delituoso destes autos nada acrescentaram.

Além das provas testemunhais apontando para ora Apelante como sendo o autor dos saques fraudulentos na conta poupança da vítima, ao passo que fizeram o reconhecimento do Acusado (fls. 27/31 e 48/49), a autoria delituosa se encontra, ainda, reforçada pelas imagens do circuito interno apresentada pela Caixa Econômica Federal, encaminhadas para o Juízo "a quo", por meio do Ofício 825/2008, anexado à fl. 21, dos autos.

Faz-se necessário frisar, que a relação de confiança entre a vítima Zuleide Castelo Branco Batista da Costa Fernandes e o ora Apelante JOSÉ GARCIA DA COSTA existia, eis que todas as testemunhas ouvidas foram taxativas em confirmá-la, porquanto, segundo os autos, conheciam-se há mais de 27 (vinte e sete) anos, além de que o Réu prestou serviços como pedreiro no prédio da ofendida durante todo este período, o mesmo também trabalhava como seu motorista e compartilhava da intimidade da sua residência.

Logo, de acordo com o conjunto probatório que torna irrefutável as provas de materialidade e autoria, não há como atender ao pleito defensivo no sentido da absolvição, o que torna imperiosa a condenação do ora Recorrente.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente Recurso de Apelação, para que se mantenha a sentença de 1º Grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor